



Relatório 2006 sobre direitos humanos

Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é uma república multipartidária com uma população de cerca de 1,6 milhões de habitantes. Em Julho de 2005, João Bernardo "Nino" Vieira foi eleito presidente após derrotar o candidato dirigente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). A eleição presidencial, caracterizada por observadores internacionais como livre e justa, representou outro marco no regresso do país ao governo constitucional. Durante Março e Abril, forças governamentais lançaram uma campanha militar para retirar uma facção do Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) do Norte, o que resultou em vítimas civis e na deslocação de milhares de famílias. O país permaneceu estável desde a acção militar. As autoridades civis de um modo geral mantiveram o controlo efectivo das forças de segurança.

O governo respeitou de um modo geral os direitos humanos dos seus cidadãos; no entanto, ocorreram problemas em algumas áreas. Existiam condições de prisão degradantes. Ocorreram prisões e detenções arbitrárias e restrições de liberdade de expressão. Existiram dispersões violentas de manifestações. A falta de independência judicial e a corrupção oficial e a impunidade constituíram problemas. Houve violência e discriminação das mulheres. A mutilação dos genitais femininos (MGF) foi difundida. O tráfico de crianças e o trabalho infantil, incluindo alguma força de trabalho constituíram problemas.

RESPEITO PELOS DIREITO HUMANOS

Secção 1 Respeito pela Integridade da Pessoa, Incluindo a Liberdade de:

a. Privação arbitrária e Ilegal da Vida

Não existem relatos de que o Governo ou os seus agentes cometeram homicídios arbitrários ou ilegais.

Não foram efectuadas detenções no ataque de 2005 ao Ministério do Interior, onde aproximadamente 20 soldados, que se julgavam leais ao anterior Presidente Kumba Yala, mataram dois guardas da segurança e feriram um terceiro.

Não houve desenvolvimentos no assassinato decorrido em 2004 do antigo General Verissimo Correia Seabra e do Coronel Domingos de Barros pelos rebeldes militares.

As operações de retirada de minas prosseguiram durante o ano e a cidade de Bissau foi declarada sem minas. A 16 de Março, um autocarro de passageiros atingiu uma mina colocada pelos rebeldes na estrada entre São Domingos e Varela, causando a morte a 12 civis.

b) Desaparecimentos

Não existem relatos de desaparecimentos politicamente motivados.

C. Tortura e outros Tratamentos ou Punições Cruéis, Inumanos ou Degradantes

A constituição e a lei proíbem tais práticas e não existem relatos de que os oficiais do governo as utilizem. O governo raramente puniu membros das forças de segurança que cometeram abusos.

As minas e regulamentos não explodidos causaram alguns ferimentos.

Condições das Prisões e Centros de Detenção

As condições de prisão continuaram degradantes. Não existiam prisões formais e o governo deteve a maioria dos prisioneiros em instituições de detenção improvisadas em bases militares em Bissau e nas cidades circundantes. As instituições de detenção normalmente não possuíam água corrente nem o adequado sistema sanitário. As dietas dos detidos eram más e os cuidados médicos eram virtualmente não existentes. Os detidos preventivamente não ficavam separados dos prisioneiros condenados. Os juvenis não estavam separados dos adultos.

O governo de um modo geral permitiu a monitorização independente das condições das prisões por grupos locais e internacionais de defesa dos direitos humanos. Durante o ano, representantes do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e do Gabinete do Representante do Secretário-Geral das NU visitaram os prisioneiros.

D. Prisão e Detenção Arbitrária

A constituição e a lei proíbem a prisão e a detenção arbitrária e o governo de um modo geral observou estas proibições. Ao contrário do ano anterior, a polícia não efectuou prisões arbitrárias nem deteve manifestantes; no entanto, as forças de segurança detiveram pessoas por estarem a exercer o seu direito de expressão (ver Secção 2.a).

Papel da Polícia e Aparelho de Segurança

A polícia, sob as instruções do Ministro do Interior, é o principal responsável pela segurança interna do país. As forças armadas são responsáveis pela segurança externa e podem ser chamadas a ajudar a polícia nas emergências internas.

O país está dividido em 37 distritos policiais; existe um número estimado de 600 polícias no país. A impunidade e a corrupção eram ferozes e a polícia era de um modo geral ineficaz. A polícia de trânsito era particularmente corrupta e exigiam subornos aos condutores, quer os documentos ou os veículos estivessem em ordem ou não. A polícia era paga de uma forma deficiente e irregular e existia uma grave falta de recursos e de formação. O Procurador-geral da República foi responsável pela investigação de abusos policiais e realizaram-se três investigações durante o ano. Dois casos envolveram alegações de roubo contra a polícia judicial e o terceiro envolveu alegações contra membros da polícia militar que confiscaram um equipamento de pesca durante uma disputa. Todos os três casos se encontravam pendentes no final do ano.

Prisão e Detenção

A lei requer mandados de prisão e garante o direito a um advogado e, caso não possa pagar um, terá um advogado fornecido pelo Estado. Os detidos preventivamente podiam entrar de imediato em contacto com familiares. A lei garante também o direito de libertação, caso não seja proferida qualquer acusação em tempo, bem como o direito a um julgamento rápido. No entanto, as autoridades nem sempre respeitam estes direitos na prática. Existia um sistema de fianças a funcionar.

e. Recusa de um Julgamento Público Justo

A constituição e a lei garantem um apoio judiciário independente, mas na prática, este tem pouco de independente. Os juizes são mal formados e mal pagos e por vezes sujeitos a corrupção. O Procurador-geral da República tem pouca protecção, em virtude da pressão política, uma vez que o Presidente detém a autoridade exclusiva de nomear ou substituir o Procurador-geral.

Os tribunais civis realizam julgamentos que envolvem a segurança estatal. Nos termos do Código de Justiça Militar, os tribunais militares apenas julgam crimes cometidos pelo pessoal das forças armadas. O Supremo Tribunal é o tribunal final de recurso tanto para casos militares como civis. O Presidente detém autoridade para conceder perdões e reduzir penas.

Procedimento de Julgamento

A lei garante o direito a um julgamento justo e a magistratura normalmente cumpre este direito. Não há julgamentos com júri. A lei garante a presunção de inocência, o direito de aceder atempadamente ao um advogado, a interrogar testemunhas, a aceder a provas na posse do governo e o direito de recurso. Os cidadãos que não possam pagar um advogado têm direito a um advogado nomeado pelo tribunal.

As práticas tradicionais prevalecem ainda maioritariamente nas áreas rurais e as pessoas que vivem nas áreas urbanas levam normalmente as disputas judiciais a conselheiros tradicionais, de modo a evitar custos e impedimentos burocráticos do sistema oficial. A polícia resolve frequentemente disputas.

Prisioneiros e Detidos Políticos

Não há relatos de prisioneiros e detidos políticos.

Procedimentos e Recursos Judiciais Cíveis

O sistema judiciário lida com assuntos cíveis e criminais; no entanto, não existe um mecanismo administrativo que se destine à violação dos direitos humanos.

F. Interferência arbitrária com Privacidade, Família, Lar, ou Correspondência

A constituição e a lei proíbem tais actos e o governo respeitou estas proibições na prática; no entanto, a 21 de Abril, as forças de segurança cortaram o telefone e a electricidade a Luís Nancassa (ver Secção 2.a.).

Secção 2 Respeito pelas Liberdades Cíveis, Incluindo:

a. Liberdade de Expressão e de Imprensa

A constituição e a lei garantem a liberdade de expressão e de imprensa; no entanto, o governo nem sempre respeitou estes direitos na prática. Durante o ano, as forças de segurança detiveram pessoas pelo exercício do seu direito de expressão e ameaçaram e perseguiram jornalistas. Alguns jornalistas praticaram auto-censura.

A 9 de Março, Luís Nancassa, presidente do Sindicato dos Professores, foi detido durante quatro horas após ter criticado o Presidente Vieira num programa de rádio.

Existem também relatos de que o antigo Ministro da defesa Marcelino Cabral foi detido a 2 de Abril e preso durante uma semana por criticar os militares nos seus esforços para retirar o MFDC do Norte do país. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o General Batista Tagme Na Waie, argumentou que Cabral estava a ajudar os rebeldes. Tagme ameaçou também publicamente prender o Deputado Laberana Djalo pelo mesmo motivo, mas não o fez devido à imunidade parlamentar de Djalo.

Para além do jornal do governo, *No Pintcha*, vários jornais privados publicaram sem restrições. Todos os jornais publicaram esporadicamente durante o ano, devido a restrições financeiras e da dependência da casa de impressão que é propriedade estatal. A imprensa nacional normalmente tinha falta de matéria-prima.

Existem várias estações de rádio independentes, uma estação de rádio nacional e uma estação de televisão nacional. A transmissão internacional de rádio funcionava sem restrições.

Existem alguns relatos de perseguições a jornalistas. A 23 de Junho, a polícia acusou Augusto Queba Barbosa, da Rádio Pindjiguiti, de divulgar informações falsas sobre abuso policial.

Durante o fim-de-semana de 25 e 26 de Março, três soldados armados invadiram o quarto de hotel do correspondente de Rádio Internacional Francês, Allen Yoro Embaló, e ameaçaram-no de prisão militar por estar a falar sobre o conflito com os rebeldes do MFDC.

Liberdade de Internet

Não existem restrições governamentais no acesso à Internet ou relatos de que o Governo monitoriza o e-mail ou os *chats* da Internet. Quer os indivíduos que os grupos podem participar na expressão pacífica de pontos de vista através da Internet, incluindo através de correio electrónico. A falta de infra-estruturas, equipamento e educação limitam gravemente o acesso à Internet.

Liberdade Académica e Eventos Culturais

Não existem quaisquer restrições à liberdade académica ou de eventos culturais.

b. Liberdade de Assembleia e de Associação

Liberdade de Assembleia

A constituição e a lei garantem a liberdade de assembleia; no entanto, o governo nem sempre respeitou este direito na prática. Eram necessárias autorizações para todas as assembleias e manifestações.

A 8 de Setembro, a violência emergiu quando a polícia tentou deter líderes protestantes e utilizou bastões para quebrar uma manifestação pacífica de cerca de 400 enfermeiros e outros profissionais de saúde. Os manifestantes exigiam aumentos salariais e a concessão dos benefícios prometidos.

Não houve qualquer acção contra a polícia, que disparou contra uma multidão de manifestantes, que caminhavam para a Comissão Nacional de Eleições para exigir os resultados da eleição presidencial de 2005. Três manifestantes foram mortos e um quarto morreu posteriormente, na sequência de ferimentos infligidos pela polícia.

Liberdade de Associação

A constituição e a lei garantem o direito de associação e o governo de um modo geral respeitou este direito na prática.

c. Liberdade Religiosa

A constituição e a lei garantem a liberdade religiosa, e o governo de um modo geral respeitou este direito na prática. No entanto, durante o ano, o governo prosseguiu com a sua proibição de 2005 da actividade do grupo religioso islâmico Ahmadiyya, lutando para que algumas actividades, incluindo a prática do grupo de locais de pagamento para assistir aos serviços, fosse descontinuada.

Apesar de o Governo ter de licenciar os grupos religiosos, não existem relatos de terem sido recusadas quaisquer propostas.

Abusos e Discriminação Social

Não houve desenvolvimentos em relação ao espancamento em Fevereiro de 2005 de quatro crentes do Ahmadiyya ou ao ataque contra a polícia que tentava controlar uma manifestação no exterior do tribunal de Cabu. Não há nenhuma comunidade judaica e não há relatos de actos anti-semitas.

Para uma discussão mais detalhada, ver o *Relatório de Liberdade Religiosa Internacional de 2006*.

d. Liberdade de Movimento dentro do País, Viagens ao Estrangeiro, Emigração e Repatriar

A constituição e a lei garantem estes direitos, e o governo de um modo geral respeitou-os na prática.

A lei não proíbe especificamente o exílio forçado; no entanto, o governo não o utilizou.

Pessoas Deslocadas Internamente (PDI's)

Em Março e Abril, uma campanha militar para expulsar os rebeldes MFDC no Norte desenraizou cerca de 10.000 pessoas, que fugiram para refúgios seguros no país e no Senegal. Com laços familiares e tribais em ambos os lados da fronteira deficientemente marcada, a nacionalidade dos PDI's nem sempre foi clara. Terminada a campanha militar, a maioria dos PDI's regressou às suas casas. O governo permitiu o acesso aos PDI's por parte de organizações humanitárias internacionais e nacionais.

O governo trabalhou em conjunto com o Programa Alimentar Mundial (PAM), o CICV e organizações não-governamentais locais (ONGs) para coordenar o apoio aos PDI's. O governo forneceu também arroz após as reservas do PAM terem temporariamente escasseado.

Protecção aos refugiados

A lei garante a concessão do estatuto de asilado ou de refugiado, de acordo com a Convenção das NU de 1951, em relação ao Estatuto dos Refugiados ou ao seu protocolo de 1967, e o governo estabeleceu um sistema de garantia de protecção aos refugiados. Na prática, o governo garantiu a protecção contra o *refoulement*, o regresso de pessoas a um país onde receiam serem perseguidos. O governo não concedeu o estatuto de refugiado ou asilo durante o ano.

O governo cooperou com o gabinete do Alto Comissariado das NU para os Refugiados (ACNUR) e outras organizações humanitárias no apoio a refugiados e a quem procura asilo. O ACNUR relatou que o governo foi tolerante com os refugiados e permitiu que estes desenvolvessem actividades económicas de auto-subsistência.

Secção 3 Respeito pelos Direitos Políticos: O Direito de os Cidadãos Mudarem o Governo

A constituição e a lei garantem aos cidadãos o direito de mudarem o seu governo de forma pacífica e os cidadãos exerceram este direito através de eleições livres e justas, realizadas com base no sufrágio universal.

Eleições e Participação Política

Em Julho de 2005, João Bernardo Vieira, o antigo governante militar do país, derrotou o candidato do PAIGC, Malam Bacai Sanha numa eleição presidencial decisiva. A eleição, declarada livre e justa pelos observadores internacionais, constituiu um importante passo no regresso do país a um governo constitucional, que teve início com a retirada em 2003 do antigo presidente Kumba Yala, que governou por decreto e que debilitou as instituições democráticas.

As eleições legislativas de Março de 2004 tiveram lugar para os 100 assentos na Assembleia Nacional Popular (ANP). Apesar da pluralidade do PAIGC de 45 lugares, o Presidente Vieira substituiu em 2005 o Primeiro-ministro Carlos Domingos Gomes Júnior por Aristides Gomes, que tal como o presidente fora suspenso do partido PAIGC. No final de Janeiro, o Supremo Tribunal aprovou a constitucionalidade da substituição, que o PAIGC havia posto em causa.

Existem 14 mulheres com assento nos 100 assentos da ANP. O lugar de Presidente do Supremo Tribunal, dois dos 19 ministros do governo e um dos nove Secretários de Estado também são mulheres.

Todos os grupos étnicos estão representados no governo.

Corrupção Governamental e Transparência

Corrupção oficial e falta de transparência são endémicas a todos os níveis do governo. Os agentes alfandegários frequentemente aceitam subornos para não cobrarem impostos na importação, o que reduziu em larga escala as receitas do governo.

A lei garante que "todos têm o direito à informação e à protecção judicial"; no entanto, este acesso raramente foi concedido.

Secção 4 Atitude Governamental em relação à Investigação Internacional e Não-Governamental de Alegadas Violações dos Direitos Humanos

Uma série de grupos dos direitos humanos nacionais e internacionais funcionaram, de um modo geral, sem restrições governamentais na investigação e publicação dos seus resultados em casos dos direitos humanos. Os agentes governamentais eram de algum modo cooperantes e flexíveis aos seus pontos de vista. O governo permitiu visitas de representantes das NU e do CICV.

Secção 5 Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas

A lei proíbe a discriminação com base no sexo e na raça; no entanto, o governo não fez cumprir de forma efectiva estas disposições.

Mulheres

Violência doméstica, incluindo espancamento de mulheres, era aceite como meio de resolver disputas domésticas. Não existe qualquer lei a proibir a violência doméstica e os políticos eram manifestamente relutantes em visar o assunto, receando a alienação dos eleitores mais tradicionais ou de grupos étnicos em particular. Apesar da polícia intervir nas disputas domésticas caso fossem chamados, o governo não tomou medidas específicas em oposição à pressão social contra os relatos de violência doméstica, violações, incesto, e outros tratamentos inadequados das mulheres.

A lei proíbe violações, incluindo a violação conjugal, mas o cumprimento por parte do governo era limitado, muito por causa da falta de recursos.

Determinados grupos étnicos, especialmente Fulas e Mandinkas praticam MGF. Esta prática tem aumentado à medida que a população muçulmana cresceu e é efectuada não só em jovens adolescentes, mas também em bebés com apenas quatro meses de idade. O governo não marginalizou esta prática; no entanto, um comité nacional e ONGs nacionais e internacionais continuam uma campanha educativa a nível nacional de desencorajamento do MGF.

A lei proíbe a prostituição, mas é pouco eficaz.

Não existe nenhuma lei a proibir o assédio sexual e este era um problema.

A lei trata homens e mulheres de forma igual e proíbe a discriminação; no entanto, a discriminação contra mulheres era um problema, especialmente nas áreas rurais onde a lei tradicional e islâmica são dominantes. As mulheres eram responsáveis pela maioria do trabalhos de quintas de subsistência e tinham um acesso limitado à educação, especialmente nas áreas rurais. As mulheres não tinham um acesso igual ao emprego. Entre certos grupos étnicos, as mulheres não podem ser proprietárias ou gerir terra ou herdar.

Crianças

O governo destinou recursos limitados para o bem-estar e para a educação das crianças. A escolaridade pública era universal. No entanto, a assiduidade e a qualidade da educação eram baixas devido à falta de recursos. Os professores eram mal formados e mal pagos, por

vezes, recebendo de uma vez o salário de vários meses. Por motivos económicos, as crianças tinham frequentemente de ajudar as famílias nos campos, o que muitas vezes entrava em conflito com a escolaridade.

MGF era comumente efectuada em jovens raparigas e por vezes mesmo em crianças (ver secção 5, Mulheres).

O casamento infantil ocorria entre todos os grupos étnicos, mas não existiam dados fidedignos para quantificar o problema. As raparigas que se escapavam aos casamentos arranjados eram normalmente forçadas a entrar para a prostituição para se poderem sustentar. As ONGs locais procuraram defender os direitos das mulheres e das crianças, desenvolvendo programas para combater o casamento infantil e para proteger as vítimas de casamento infantil. Ironicamente, os observadores notaram durante o ano que os esforços das ONGs para levar mais raparigas para as escolas obtiveram um efeito negativo colateral nos casamentos infantis: mais raparigas foram forçadas e casar numa idade precoce, porque os pais receavam que as oportunidades sociais da escola aumentariam o risco das filhas perderem a virgindade antes do casamento.

Existia tráfico de crianças (ver secção 5, Tráfico).

O trabalho infantil era um problema (ver secção 6. d.)

Havia crianças nas ruas de Bissau. O Gabinete de Protecção à Criança do Departamento Policial de Bissau estimou que cerca de 1.000 crianças viviam nas ruas, num número crescente de rapazes que se introduziam nos crimes menores e na formação de gangs.

Tráfico de Pessoas

A lei não proíbe o tráfico de pessoas, e não há relatos de crianças traficadas para e a partir do país. Alguns rapazes enviados das áreas rurais para frequentar as escolas Koranic nos países vizinhos, nomeadamente o Senegal, eram explorados, abusados e forçados a mendigar para cumprir as quotas monetárias diárias para os seus professores Koranicos, conhecidos por *marabouts*. As raparigas eram por vezes exploradas como prostitutas; no entanto, a extensão deste problema era desconhecida.

O Ministério do Interior tem a responsabilidade de realizar esforços de anti-tráfico; no entanto, não havia nenhum plano nacional de combate ao tráfico ou a capacidade de monitorizar, interditar ou julgar os traficantes. O governo investigou pelo menos dois casos de tráfico de crianças durante o ano, mas não julgou ninguém.

A prática de comprar e vender noivas crianças ocorreu também em certas ocasiões.

Existem relatos de que os guardas da alfândega e fronteiriços, os oficiais de imigração, os inspectores do trabalho ou a polícia local podem ter sido subornados para facilitar o tráfico: no entanto, não estavam disponíveis quaisquer informações específicas. Outros oficiais governamentais, incluindo a polícia e os guardas fronteiriços, trabalharam de perto com a AMIC e a UNICEF para prevenir o tráfico, desenvolver a consciencialização e repatriar vítimas.

Para uma discussão mais detalhada, ver o *Relatório do Tráfico de Pessoas de 2006*.

Pessoas portadoras de deficiência

A lei não proíbe especificamente a discriminação contra pessoas portadoras de deficiência, nem estipula o acesso especial a edifícios, nem garante o acesso igual a emprego e a educação. No entanto, não existem relatos de discriminação social aberta. O governo efectuou alguns esforços para apoiar os veteranos militares com deficiências através de programas de pensões, mas estes programas não se dirigiram de forma adequada à saúde, habitação e necessidades alimentares.

Secção 6 Direitos dos Trabalhadores

a. O Direito de Associação

A lei garante a todos os trabalhadores civis a liberdade de formar e de se associar em sindicatos independentes sem autorização prévia ou requisitos em excesso e todos os trabalhadores exerceram este direito na prática. Uma maioria significativa da população trabalhou na agricultura de subsistência; apenas uma pequena percentagem de trabalhadores estavam no sector assalariado e organizado. Cerca de 85 por cento dos sindicalizados eram funcionários do governo ou para-estatais e pertenciam especialmente a sindicatos independentes.

A lei não proíbe a discriminação contra os sindicatos; no entanto, não há relatos de discriminação contra sindicatos e a prática não se crê difundida.

B. O Direito de Organização e de Negociação Conjunta

A lei permite aos sindicatos conduzirem as suas actividades sem interferência, mas o governo nem sempre protegeu este direito (ver secção 2.b.).

A lei não garante nem protege o direito de negociação conjunta; no entanto, o Conselho Nacional tripartidário para a Consulta Social levou a cabo consultas colectivas sobre assuntos salariais. A maioria dos salários é estabelecida em negociações bilaterais entre os trabalhadores e os empregados. Não existem zonas de processamento de exportação.

A lei garante o direito à greve e os trabalhadores exerceram este direito durante o ano. A lei proíbe também a retaliação contra grevistas. A única restrição legal à greve é a necessidade de aviso prévio.

C. Proibição de Trabalho Forçado e Obrigatório

A lei proíbe o trabalho forçado e obrigatório, incluindo de crianças, mas existem relatos de tais práticas (ver secções 5 e 6.d.).

d. Proibição de Trabalho Infantil e Idade Mínima para Emprego

Não existem leis específicas que protejam as crianças de serem exploradas no local e trabalho e existe trabalho infantil. A idade mínima legal é de 14 anos para o trabalho industrial geral e de 18 anos para trabalhos pesados e perigosos, incluindo o trabalho nas minas. O sector formal pequeno aderiu de um modo geral a estes requisitos de idade mínima; no entanto, o Ministério da Justiça e o Ministério dos Serviços Cíveis e do Trabalho não fizeram cumprir estes requisitos noutros sectores.

A maioria do trabalho infantil ocorre no sector informal. As crianças nas cidades trabalhavam frequentemente no comércio de rua e as que estavam nas comunidades rurais efectuavam trabalho doméstico e nos campos sem pagamento; as crianças efectuavam em regra tais trabalhos para apoiar as famílias e por uma falta de oportunidades educacionais. Algumas crianças eram parcial ou completamente retiradas da escola para trabalhar nos campos durante a colheita anual do acaju. O governo não tinha realizado qualquer acção para combater tais práticas no final do ano. O Instituto das Mulheres e das Crianças e os Ministérios do Trabalho e da Justiça têm a responsabilidade de proteger as crianças da exploração laboral; no entanto, não houve qualquer cumprimento efectivo devido à ausência de uma estrutura legal.

As crianças eram traficadas com objectivos de exploração laboral (ver secção 5, Tráfico).

e. Condições Aceitáveis de Trabalho

O Conselho de Ministros do Governo estabelece anualmente taxas salariais mínimas para todas as categorias de trabalho, mas não as faz cumprir. O salário mínimo mensal é aproximadamente 30,00 EUR (19,030 CFA) acrescido de um saco de arroz. Este salário não garante um padrão de vida decente para um trabalhador e para a família, e os trabalhadores têm de aumentar os seus rendimentos através de outro trabalho, depositar a sua confiança na família e na agricultura de subsistência.

O governo, que deposita a sua confiança grandemente no apoio de doadores internacionais para um apoio orçamental básico, falha com regularidade no pagamento atempado aos funcionários públicos, com atrasos frequentes de vários meses.

A lei garante um horário de trabalho semanal máximo de 45 horas, mas o governo não faz cumprir esta disposição. A lei garante também o pagamento de horas extraordinárias, desde que não excedam 200 horas por ano e com um período obrigatório de descanso de 12 horas entres dias de trabalho.

Com a cooperação dos sindicatos, os Ministérios da Justiça e do Trabalho estabeleceram padrões legais de saúde e de segurança para os trabalhadores que a ANP adoptou então como lei; no entanto, estes padrões não se fizeram cumprir e muitas pessoas trabalhavam em condições que colocavam em risco a sua saúde e segurança. Os trabalhadores, incluindo os estrangeiros, não têm o direito de se retirar de condições de trabalho perigosas sem perderem o emprego.

* Em Junho de 1998, a Embaixada dos Estados Unidos suspendeu as operações no meio de um grave conflito na Guiné-Bissau e todo o pessoal oficial no país foi evacuado. Este relatório baseia-se nas informações obtidas pelas embaixadas dos Estados Unidos nos países vizinhos, especialmente no Senegal, a partir de outras fontes independentes e de visitas regulares à Guiné-Bissau pelos oficiais dos Estados Unidos em Dakar. O Embaixador dos Estados Unidos no Senegal, residente em Dakar, foi também nomeado para a Guiné-Bissau.